

DAS INCERTAS FRONTEIRAS ENTRE O PASSADO E O PRESENTE¹

Victor Meyer²

I

A coletânea de textos de Érico Sachs, o Ernesto Martins da Polop, nos conduz a um mundo que emerge há mais de 50 anos atrás. Logo nos primeiros artigos, nos é trazido de volta o distante Brasil de antes de 64, com seus nomes e siglas, Getúlio, Jânio, Jango, o PTB, o PCB, Prestes, a velha CGT. Batido em 1946-47, vemos o movimento operário ganhar impulso novo em 1958, mas ainda enquadrado nos antigos limites de uma estrutura sindical espúria. Suas principais lideranças circulam com desenvoltura pelos arredores palacianos, onde supõem contar com uma ou outra facção "progressista" da burguesia. Eventos bombásticos na forma levam o movimento a superestimar a sua força. Por exemplo, uns eficientes piquetes, compostos pelo pessoal dirigente, param os transportes coletivos em algumas poucas cidades - e estão consumadas as greves gerais.

O senso comum não vacilaria em garantir que tudo isso é passado. Já um observador mais crítico teria antes a precaução de deixar um espaço para a semente da dúvida. É indiscutível que hoje, várias décadas depois, os trabalhadores não mais aderem ingenuamente a qualquer das facções das classes dominantes. Bem entendido: uma parcela dos trabalhadores, a mais concentrada, experiente e ativa, não mais atende a apelos adesistas. (Embora não se pretenda aqui esquecer a outra parte, dispersa e inconsciente, porém numerosa, ainda capaz de atitudes políticas como foi o voto em Collor nas eleições presidenciais de 1989).

O movimento operário não poderia mesmo atravessar três, quatro ou mais décadas sem incorporar mudanças, identificáveis através de marcos bem conhecidos. Contudo, há marcos e marcos. A identificação dos avanços havidos não nos autoriza a supor que as lutas de hoje estejam desvinculadas da problemática dos anos 50 ou 60.

Não pretendemos, com essas dúvidas e ressalvas já na introdução, expressar uma desconfiança apriorística quanto ao nosso presente. Apenas refazemos os passos prováveis de um observador crítico que eventualmente entre em contato com a história das lutas operárias no Brasil. Ele tenderá, de início, a ser acometido de uma vaga percepção, formulada ao nível dos sentidos, dando conta de que sobrevivem entre nós, lado a lado, os grandes signos dos avanços conquistados - a CUT, por exemplo, - com outras realidades já tidas como mortas.

Essa desagradável sensação - a de estarmos convivendo com cadáveres - nos obriga a projetar sobre os símbolos da nossa atualidade o embrião da dúvida. Então canalizemos as impressões iniciais para uma investigação. Começemos com uma pergunta: em que estágio se encontra hoje a organização dos trabalhadores no Brasil?

II

Não é segredo para ninguém que as Comissões de Fábrica, surgidas no movimento de massas de 1978-80, tiveram existência efêmera e se esvaziaram ao esgotar-se o auge grevista. Reapareceram posteriormente, porém não mais que em situações isoladas. Por outro lado, os antigos Grupos de Fábrica, que não recebiam delegação formal mas que eram muito influentes nos tempos das Oposições Sindicais, mergulharam em lenta desintegração desde que as Oposições conquistaram as respectivas diretorias. Hoje, sobrevivem bolsões de organização pela base, que não chegam, contudo a significar um fato nacional.

¹ Texto de introdução ao livro "*Andar com os próprios pés*", Belo Horizonte, SEGRAC, 1994. (Nota dos editores).

² Economista, Doutor em Administração Pública pela Universidade de Paris VIII. Foi Prof. Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia da UEFES (Feira de Santana/BA) e Prof. de Economia da UCSal (Salvador/BA). Falecido em 16 de abril de 2001, aos 52 anos.

Sendo assim, a nossa pergunta pode ser recolocada nos seguintes termos: não havendo organização de base, onde os sindicatos conseguem respaldo material e representatividade?

Para responder, simplifiquemos o panorama nacional do movimento sindical. Em vez de tomarmos o conjunto das diversas correntes e das diferentes centrais que hoje dividem o movimento dos trabalhadores, consideremos apenas o seu segmento mais avançado, isto é, a CUT. Deixemos subentendido que as limitações da força da CUT representam, por extensão, limitações do movimento dos trabalhadores em sua totalidade. Questionemos, especificamente, os sindicatos da CUT, embora o nosso propósito seja o de generalizar a abordagem crítica aos sindicatos brasileiros em geral. Pois bem: se os sindicatos da CUT são efetivamente representativos, então por que a grande maioria depende do imposto sindical? Por que precisam submeter-se a um expediente paternalista, idealizado precisamente para viabilizar sindicatos sem respaldo de massas — os sindicatos estatais fundados em tempos remotos, marca registrada do bonapartismo de Vargas e do populismo?

Questiona-se, ao mesmo tempo, por que, passados mais de 10 anos da fundação da CUT, a maioria ou quase totalidade dos seus sindicatos continua com a mesma base territorial, arquitetada pelos mentores do sindicalismo estatal. As velhas Comissões de Enquadramento, formadas por esbirros do Ministério do Trabalho e sob os legítimos auspícios da CLT, que presumidamente deveriam apresentar-se em estado de decomposição, ainda exibem sua obra bem vivente na realidade material dos sindicatos de hoje.

Alguns sindicatos, entre os quais sobressai em importância o dos metalúrgicos de São Bernardo, aparecem como exceções nesse quadro. Alguns já devolvem o imposto sindical e - um subconjunto menor - realizam unificações, alterando a base herdada do velho enquadramento. São exemplos dessa última situação os metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, formando o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, os petroquímicos e químicos da Bahia, os químicos e plásticos de São Paulo. Mas, nessas exceções, é preciso observar:

- Primeiro, que são precisamente exceções, não representam o panorama do país. (Mas os grandes problemas vividos pelos trabalhadores são realidades nacionais. O cotidiano das leis que sustentam a exploração e a opressão está apoiado numa resultante nacional, na correlação de forças entre classes e não entre uma classe e uma categoria, muito menos entre uma classe e a fortaleza localizada de parte de uma categoria).
- Em segundo lugar, nota-se que os sindicatos situados na vanguarda do rompimento com o atrelamento ao Estado, mesmo eles, encontram-se em estágios desiguais de desenvolvimento, no que se refere à liberdade de organização. As liberdades efetivamente exercidas pelas bases, em seus locais de trabalho, ainda estão distantes dos padrões do sindicalismo livre, tal como é praticado na Europa, por exemplo. Por outro lado, muitos dos sindicatos que decidiram devolver o imposto sindical não se sentiram caindo em contradição ao aderir à contribuição confederativa.

A contribuição confederativa, introduzida pela atual Constituição, nada mais é do que uma reedição adaptada do velho imposto sindical. A sua obrigatoriedade revive na essência o paternalismo estatal subjacente ao antigo imposto. O problema da sobrevivência dos sindicatos, hoje como ontem, pode ser resolvido sem a obrigatória exigência da representatividade. Essa pré-condição para a burocratização sobrevive sem ser molestada. Importantes peças integrantes do sindicalismo estatal driblam as décadas, mudam de aparência e de nome, mas preservam-se em sua existência.

Uma certa legião de mortos habita entre nós. O desconforto dessa constatação poderia ser amenizado sob o argumento de que a alternativa ao velho sindicalismo, embora não completada, continua presente como objetivo da luta atual. Esse argumento indicaria um caminho, uma saída, uma possibilidade para o futuro imediato. Mas sem o poder de anular a crítica aos fatos que hoje se desenrolam diante dos nossos olhos. Que prevaleça então a crítica, até por ser a melhor via para a abertura de espaços às transformações desejadas.

Quem conhece de perto a realidade das empresas, a rotina das lutas dos trabalhadores nos amplos espaços nacionais, sabe perfeitamente que a democracia sindical hoje é pouco mais que uma imagem de retórica.

Ausência de organização pelas bases, dependência do imposto sindical ou do seu sucedâneo, a taxa confederativa, enquadramento territorial nos moldes da CLT - onde está o passado, onde está o presente? Torna-se imperioso relaxar a rigidez das fronteiras entre esses tempos históricos, redefinindo com mais realismo em que consiste afinal a nossa atualidade.

III

Diversos fatores confluem na atual situação de conjunto. Ao longo dos últimos 10 anos ou pouco mais, o capitalismo brasileiro passou por transformações, não muito claras à primeira vista, cujos resultados emergem neste momento.

Mergulhado numa crise de endividamento geral nos primeiros anos 80, o capital industrial atravessou aquela década realizando um processo de autodepuração, vivendo sucessivos surtos de racionalização. Esse processo se desenvolveu sob a superfície, uma vez que o prosclênio estava nesse período ostensivamente ocupado pelo capital financeiro, mais especificamente pelo capital bancário, que imprimiu às regras do jogo da economia brasileira um toque de típica usura especulativa. À exceção, talvez, da curta experiência do Plano Cruzado, que parecia resgatar a supremacia do capital produtivo; expectativa que, como se sabe, encerrou-se após curta euforia, com os industriais asfixiados pela ação de credores externos e internos.

Mas o processo depurador do capital industrial prosseguiu de forma sistemática e, nos primeiros anos 90, mais claramente a partir da segunda metade de 1992, tornaram-se evidentes os sinais de revitalização dessa facção do capital. A indústria recupera seu dinamismo e rompe, até certo ponto, sua subordinação aos bancos. Essa posição é reforçada com a volta dos ingressos líquidos de dólares provenientes dos centros financeiros internacionais, o que estava suspenso desde a eclosão da crise da dívida, dez anos antes.

O enxugamento da espuma artificial de um sistema financeiro que chegara aos níveis astronômicos de 15, 17 ou 20% do PIB, tornou-se a nova bandeira do Estado, denotando a recuperação da hegemonia do capital industrial, portanto um deslocamento de forças na balança do poder.

Mas o que precisa ser ressaltado é que todo esse movimento de racionalização (dita modernização) do grande capital industrial apoiou-se num processo básico, fundamental, determinante de todos os outros: numa brutal elevação da taxa de mais-valia.

Enquanto o capital se dirigia olímpicamente rumo a esses resultados, como reagia o trabalho? Temos que reconhecer, com base no que já se discutiu em partes anteriores desse texto, uma indisfarçável tendência dos sindicatos operários à burocratização, feitas as ressalvas e exceções já registradas, porém frisando-se o caráter nacional do fenômeno. Essa trajetória de enfraquecimento relativo do trabalho frente ao capital se revela mais claramente nos últimos 4 ou 5 anos, precisamente num momento histórico em que a acumulação capitalista cresce em marcha ofensiva, destruindo lugares de trabalho, criando desemprego, passando por cima de conquistas sociais.

Devemos observar que as lutas de massas desenvolvidas em 1978/80 e prosseguidas mais dispersamente em anos posteriores e até hoje, não bastaram para completar a obra da destruição do sindicalismo herdado do Estado Novo. Sob esse aspecto, a atualidade política do movimento operário brasileiro não começa ontem nem no ano passado, nem há cinco ou dez anos atrás, mas bem antes. Vivemos ainda o tempo do atrelamento sindical: um período medido em décadas, um ciclo longo que conhece vários grandes marcos de desenvolvimento, como por exemplo, a assimilação da experiência do golpe de 64, a fundação da CUT em 1983 e sua expansão pelo território nacional, a fundação e ampliação do PT, a aproximação das massas trabalhadoras ao executivo da República em 1989. Apesar de todos esses marcos indicativos de avanços, o longo braço do Estado continua alcançando a estrutura da organização dos trabalhadores e cerceando as suas potencialidades.

Ninguém poderia negar que a CUT defende outro caminho, outros métodos e outra estrutura, diferentes dos que estão cristalizados na nossa realidade atual. A tradição dos anos heróicos nos quais surgiram as lutas de massas, em afronta à ditadura militar, ainda está viva na ideologia predominante da CUT. Mas não se julgam os homens pelo que eles pensam ou

anseiam, nem as estruturas organizatórias pelas suas declarações de princípios. E seria um equívoco dos mais elementares acreditar que a história do movimento operário fosse como uma via em mão única sujeita somente a avanços, passíveis de prejuízos apenas sob a forma de paralisias momentâneas. Ao contrário, a história mundial do movimento operário está marcada por diversos episódios de retrocesso. A experiência passada emite para nós severos sinais de advertência.

Se caracterizarmos o sindicalismo da CUT como um gigante sustentado em muitos e diferentes pés, temos de concluir que pelo menos três são de barro:

- a) O sistema de organização pela base, virtualmente inexistente ou com existência exclusivamente retórica;
- b) A sustentação financeira, descolada da representatividade real nas massas e escorada nas costas largas do Estado burguês;
- c) A base de representação, quase sempre municipal (sem que se conte com exemplos importantes de sindicatos nacionais), exatamente como mandava, ou como ainda manda, por vias póstumas, o figurino de Vargas.

IV

Trata-se, na verdade, de uma situação contraditória, onde o panorama do movimento operário brasileiro, à semelhança do mito de Proteu, parece viver metamorfoses a depender do ângulo sob o qual seja observado. Pois a década de 80 presenciou grandes avanços no processo de sua formação política, cujos resultados continuam presentes na vida nacional. A CUT e o PT, a recusa de pactos sociais, a oposição aos sucessivos governos burgueses, a liderança operária na Frente Brasil Popular de 1989, fenômeno que deve se repetir no ano em curso, tudo isso representa sinais evidentes de emergência de um movimento operário independente.

Mas o processo não se concluiu e a correlação de forças entre os pólos sociais extremos da nossa sociedade ainda não consolidou uma nova e mais favorável posição para os trabalhadores.

Nesse quadro ainda incerto, a burguesia vacila na definição de uma saída para uma crise política que vem persistindo desde os finais da ditadura militar. Com o governo Sarney, tentou variantes adaptadas do populismo. Os problemas econômicos do período, ligados à crise da dívida, precipitaram o fracasso daquelas experiências e abriram brechas para a ascensão de uma solução operária para a crise. O ascenso dos trabalhadores, no final da era Sarney, atesta que a sua força havia avançado de forma independente durante aqueles anos, no fundo da cena. A derrota eleitoral e o refluxo subsequente mostrariam, porém, que os avanços alcançados eram ainda insuficientes para viabilizar êxitos duradouros num estágio avançado das lutas de classes.

Com o governo Collor, a burguesia endossou uma política de desafio aos trabalhadores. A resistência operária foi precária, mas logo ficaria evidente que a solução neoliberal exigia a quebra da espinha dorsal do sindicalismo cutista. O governo Collor, apesar do estilo bonapartista, não demonstrou força suficiente para ir tão longe. Antes mesmo do "impeachment", teve tempo para compreender que seus planos batiam numa força material, na resistência dos trabalhadores, e evitou uma prova de força conclusiva, optando por moderar a agressividade da primeira fase. As dissensões intestinas, que simultaneamente envolviam as forças sociais dominantes, terminaram por selar o destino daquela experiência.

Itamar assume imitando Sarney, como se retomasse aquele governo no ponto de imobilismo que marcara o seu final. Depois de alguns tiros a esmo, o atual presidente gestou uma espécie de combinação entre o Plano Cruzado e o Plano Collor, sob o patrocínio de FHC. O enredo desse novo capítulo parece simples: com a economia do real, o Capital tenta romper obstáculos em sua ofensiva contra o Trabalho (imitando, assim, o receituário de Collor), mas no mesmo ato tenta adiar as batalhas com os trabalhadores, jogando-as talvez para o próximo ano (e para isso imita algumas receitas do Plano Cruzado).

Essa curiosa engenharia contém, a um só tempo, um reconhecimento da força dos trabalhadores, ao tentar contornar a ameaça da candidatura de Lula, e um desafio para esses

mesmos trabalhadores, com o acerto de contas mal disfarçadamente marcado para logo mais adiante. A burguesia conta, a seu favor, com a perspectiva de retomada do crescimento econômico, depois do já referido processo que levou ao aumento da taxa de exploração.

O proletariado dispõe de algum tempo, num cenário altamente tenso, em consequência das confrontações latentes ou delineadas no horizonte. Se vencer nas eleições presidenciais, poderá, em tese, abandonar a defensiva e passar à contra-ofensiva: mas somente se lograr superar os problemas pendentes na sua organização, que por enquanto amortecem a sua força.

De um modo geral e independentemente do resultado eleitoral, o avanço do capital e da taxa de exploração são ocorrências que já propõem à classe operária uma capacidade de luta acima das suas possibilidades imediatas, exigindo por isso um novo passo à frente em sua formação como classe.

Em 1980, quando Ernesto Martins propôs às forças remanescentes da esquerda revolucionária uma campanha de politização dos trabalhadores em torno da palavra de ordem da liberdade sindical, os interlocutores não demonstraram entusiasmo. O tema da liberdade de organização seria um desses passos consensuais que o movimento já estaria completando a contento.

Ernesto Martins argumentou naquela oportunidade, reafirmando uma das teses básicas da Polop, que a luta pela liberdade sindical tem se constituído, historicamente, na forma mais elementar e primária da luta política do proletariado. Elementar, porém básica e crucial para a formação desse mesmo proletariado como classe independente. Textualmente:

A luta pelo Sindicato Livre é a forma primária sob a qual o proletariado pode assumir a luta política porque é dirigida contra as leis, contra toda uma legislação que barra o caminho da classe em direção à sua independência. Por outro lado, não se pode falar de um proletariado independente enquanto não se empenhar, pelo menos, no seu direito de livre organização. (Superar o Impasse, 1981).

Essa formulação estava fadada a gerar objeções. Em parte porque o sindicato livre **já** se concretizava gradualmente, sob o impacto do exemplo de São Bernardo. Os objetores subestimaram o fato de que a legislação sobre o assunto apenas mudava de forma, assumia nuances novas, enquanto a vinculação entre os sindicatos e o Estado se mantinha, na mesma medida em que se mantém até hoje, mais de uma década depois daqueles debates. Por outro lado, o assunto era subestimado em decorrência do fato de que o proletariado já ensaiava incursões em lutas políticas mais avançadas. Vejamos mais de perto esses dois aspectos das objeções contrapostas.

No que se refere aos avanços graduais na organização independente, é indiscutível a importância do precedente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e sua efetiva capacidade de gerar repercussões práticas em tantos outros sindicatos do Brasil. Mas o problema está precisamente no caráter gradual e, como se pode claramente verificar, sob o prisma da década transcorrida, no caráter parcial da reprodução do referido exemplo. A estrutura sindical brasileira é hoje uma mescla de formas autênticas e formas estatais. De tal forma que, a poucos quilômetros do ABC está, por exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, cujos sindicalizados não chegam a 20% da categoria e cuja sustentação depende das contribuições forçadas, levantadas sob o tacão do Estado. Essa coexistência de formas autênticas e estatais alcança o país todo e encontra sua expressão em leis que, aberta ou veladamente, preservam ainda o espírito da CLT.

No que se refere ao problema das lutas políticas mais avançadas, das quais o proletariado já tomava parte na primeira metade da década passada, é necessário reconhecê-las: oito anos depois do texto citado acima, o proletariado iria acercar-se do próprio controle do governo da República. O nome de Lula, isto é, o nome de uma liderança operária, representou simbolicamente, para uma ampla frente de forças sociais, um poder aglutinador e uma bandeira de retificação dos rumos da sociedade brasileira. Uma grande parte da nossa sociedade aceitou a direção, isto é, o referencial intelectual e moral da classe operária, esboçando pela primeira vez no país o fenômeno da hegemonia do proletariado.

Esse quadro político talvez explique o mal entendido - se for esse o termo apropriado - criado em torno do peso da palavra de ordem de liberdade sindical. Como dar importância a essa

bandeira se o proletariado já divisava, no seu horizonte, o problema do poder político, se já era capaz de rascunhar para o conjunto das forças trabalhadoras um programa de governo?

Quando as grandes controvérsias se enroscam em determinados nós, é inútil tentar desatá-los através da mera teoria. Seria aqui conveniente desviar o olhar da seca teoria e voltá-lo para a história. A mesma experiência que diz ser a luta pela liberdade sindical a manifestação primitiva da consciência de classe, também diz que não há uma seqüência progressiva e ordenada que os milhões de trabalhadores, das mais variadas origens, englobados sob o singelo nome de proletariado, fossem obrigados a obedecer. A afirmação de que a luta pela liberdade sindical é uma manifestação política primária não deve ser reduzida à expectativa (puramente esquemática) de que deva ser a primeira. A experiência histórica mostra que o curso das lutas de classes não segue nenhuma escala seqüenciada.

VI

O caminho percorrido pelos milhões de homens que formam o proletariado não pode ser confundido com a ordenação cartesiana que o raciocínio lógico constrói em torno dos fatos. Os exemplos estão aí: o proletariado russo pôde e quis tomar o poder em 1917, mas ficou demonstrado a seguir que os seus membros não sabiam dirigir uma fábrica. Não seria razoável imputar agora ao proletariado russo de 1917 o erro de haver confundido a seqüência lógica, nem insinuar que deveriam ter obedecido à cronologia "politicamente correta" de aprender a gerir a economia antes de querer o resto. Naquele momento, como em qualquer outro momento, os fatos consumados se impuseram por força de decisões tomadas por milhões de pessoas.

No Brasil de hoje, parece que a história está tecendo mais um dos habituais embaralhamentos na boa seqüência das coisas. Embora o proletariado já tenha se ocupado em dar seu aval a uma linha de programa de governo para reorientar a sociedade toda, e esteja na iminência de repetir o feito, com chances de ir bem mais adiante, apesar disso tudo ele ainda não conhece plenamente a experiência de um sindicalismo verdadeiramente desvinculado do Estado.

Os sindicatos que lograram libertar-se de importantes amarras parecem identificar o seu próprio êxito com um suposto êxito nacional, enquanto os demais (a grande maioria) parecem subestimar as trelas que ainda preservam (talvez cada um as considere um problema exclusivamente seu). A dimensão nacional da luta pela liberdade de organização parece ausente da agenda das prioridades consensuais. No entanto, inclusive os sindicatos mais avançados ainda têm um caminho a trilhar, até conquistarem a liberdade de organização em seu sentido mais amplo e mais legítimo, - a liberdade nos locais de trabalho, sob a forma de um direito efetivo à participação na gerência, ao acesso à contabilidade e à ingerência nas decisões atinentes aos processos produtivos.

A desigualdade dos avanços conquistados e o caráter gradual dessas conquistas vêm obscurecendo a imperiosa necessidade de uma unificação dos trabalhadores em torno dessa meta política de importância básica. A luta pela liberdade de organização contém uma perspectiva nacional, implica em alterações no âmbito das leis e do direito. Não é uma luta superada: é uma luta pendente. O rompimento das leis coercitivas, em todos os níveis, é uma luta no plano do poder público, num país marcado pelos privilégios senhoriais e burgueses. A luta pela liberdade de organização é uma luta atual e é uma luta política, a ser travada necessariamente num cenário nacional. A vitória dos trabalhadores, nesse terreno, marcará um novo estágio na sua formação política e modificará a correlação de forças nas lutas de classes no Brasil.

O cenário que hoje se projeta à frente apresenta, portanto, os seguintes elementos: a possibilidade (e necessidade) de uma conquista política de caráter primário - a liberdade sindical - e a simultânea possibilidade de uma conquista política de caráter acentuadamente superior - o governo federal, a condução de uma transformação profunda na sociedade brasileira. É um paradoxo.

Mas a história está cheia de paradoxos e não de cronologias harmônicas. O pior paradoxo, ou paradoxo mau, que deve ser evitado a todo custo, é o de uma classe que consegue chegar ao governo mas depois vai demonstrar que não tem forças para sustentá-lo, sendo obrigada

(geralmente após sofrer um massacre) a devolvê-lo às velhas classes dominantes.

O nosso papel como militantes políticos é o de questionar as premissas para o avanço dos trabalhadores, e lutar para que tais premissas efetivamente se desenvolvam. Exemplo ilustrativo do que se argumenta é um problema que se insere no campo geral da bandeira da liberdade de organização: qual a capacidade atual dos trabalhadores brasileiros para o exercício da autogestão nas empresas? De imediato não haveria outra consideração a ser feita senão o reconhecimento que não há experiências nesse terreno, que os trabalhadores não conquistaram esses espaços.

Contudo, as condições criadas pela democracia formal, em particular os métodos atuais da administração empresarial, abrem brechas para que os trabalhadores reivindiquem e consigam de fato exercer algum nível de participação nas gerências, e tornem essa perspectiva numa bandeira política a ser incluída sob a consigna geral da liberdade de organização ou da liberdade sindical. Infelizmente, o ponto morto em que se chegou nesse campo está levando os trabalhadores brasileiros à perda de preciosas oportunidades para que se preparem na expectativa de tarefas maiores.

Diante de todas essas considerações, uma plataforma de lutas pela liberdade de organização deveria conter pelo menos os seguintes pontos:

- liberdade de organização de base, nos locais de trabalho, com reconhecimento legal das formas sindicais e não sindicais (Comissões de Empresa e outras);
- garantia legal de acesso das organizações de base à gerência das empresas, inclusive à contabilidade, sob a forma de uma auditoria interna permanente, e direito à participação no planejamento dos processos produtivos;
- supressão do imposto sindical e da contribuição confederativa, ou de qualquer outra modalidade de arrecadação compulsória; implantação das finanças exclusivamente voluntárias;
- supressão de todas as leis que permitem a ingerência normativa e coercitiva do Estado sobre os sindicatos, inclusive restrições quanto ao enquadramento das bases, normas eleitorais e outras. Contra os dissídios obrigatórios, pelos Contratos Coletivos de Trabalho.

VII

Num texto de 1981, em que comentava os 20 anos da fundação da POLOP, Ernesto Martins escreveu que cabia libertar as palavras dos chavões que as aprisionavam. Hoje fica claro que essa necessidade reaparece constantemente. Dilemas e impasses criados no curso da vida prática e nem sempre compreendidos vão esvaziando as palavras da sua capacidade de retratar o mundo real. A enganosa separação entre passado e presente, tão comum nestes dias, é um desses exemplos em que a linguagem corrente contribui para distorcer a realidade.

O mesmo se aplica às palavras de ordem de liberdade de organização para os trabalhadores e livre organização pela base. No linguajar comum e vulgar, parecem palavras banais. Tudo indica, porém, que estão no cerne da problemática atual da luta dos trabalhadores. Na eventualidade de uma evolução da sociedade brasileira rumo a uma crise aguda, essas simples palavras, às quais se liga indissolavelmente o assim chamado controle operário, provavelmente estarão no epicentro do fenômeno da transição para o poder. O proletariado encontra-se no limiar de um dilema: ou transforma sua auto-organização num direito efetivo, numa realidade, ou terá que se dobrar e deixar passar a alternativa burguesa.

Os textos e resoluções da Polop, aqui selecionados, nos falam desse gênero de problemas. Datas e marcos tão familiar como 1964, 1968, Contagem, Osasco, a clandestinidade, 1978, as greves do ABC, o PT, a CUT, 1984, as diretas já, passam por uma metamorfose. Já não nos aparecem como simples listagem de eventos lembrados pelos seus nomes. São recompostos, tornam-se compreensíveis sob um novo ângulo. Num primeiro momento e dentro de um sentido mais imediato, reaparecem como marcos das mais diversas e sempre mutáveis condições de luta; mas, num outro e mais importante sentido, os mesmos fatos assumem uma outra articulação entre si, de tal modo que passam à

condição de figurantes de um único e vasto cenário de longo prazo.

O lapso de tempo é impressionante. Nessa perspectiva histórica, formas continuamente renovadas de atualidade tornam-se pertencentes a um mesmo drama, a um mesmo cenário estratégico, repicando a mesma advertência: somente a formação de um proletariado independente, no plano político e organizatório, permitirá que se altere fundamentalmente a correlação de forças entre as classes da nossa sociedade.

Os artigos aqui publicados estão datados de anos já muito distantes – mas lembremos de que o tempo histórico não segue a cronologia dos calendários gregorianos. Apesar das aparências, não são textos do passado. Pelo contrário, são amplamente atuais.

Maio, 1994